



**REFERÊNCIA:** Projeto de Lei nº 16/2025

**AUTOR:** Governador do Estado do Tocantins

**ASSUNTO:** Autoriza o Poder Executivo Estadual a doar à Comunidade Evangélica Juvenil Vida Nova a área de terreno urbano que especifica, e adota outras providências.

**RELATOR:** Deputado **MOISEMAR MARINHO**

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

#### **PARECER**

O Chefe do Poder Executivo encaminhou para esta Casa de Leis, em regime de urgência, o Projeto de Lei nº 16/2025, que “Autoriza o Poder Executivo Estadual a doar à Comunidade Evangélica Juvenil Vida Nova a área de terreno urbano que especifica, e adota outras providências”.

Aduz o Autor que a iniciativa visa obter autorização legislativa para a doação de imóvel de propriedade do Estado do Tocantins, localizado no Plano Diretor de Palmas, destinado à implantação de centro social mantido pela entidade donatária.

Argumenta, ainda, que a área da doação pretendida será utilizada para a implantação de centro social que abrigará salas de cursos profissionalizantes, ações educativas, atividades culturais e esportivas, bem como serviços de atendimento psicológico e socioeducativo, voltados ao público infantojuvenil em situação de vulnerabilidade social, nos termos da documentação apresentada pela entidade e do interesse público reconhecido no processo administrativo que instrui a presente matéria.

A proposição foi encaminhada a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a quem compete à análise do aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e técnica legislativa, para efeito de admissibilidade e tramitação, nos termos do artigo 46, inciso I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.



O autor apresentou a Certidão Negativa de Ônus e Laudo de Avaliação 28/2025/ASSREF – Folha Resumo SGD nº: 2025/99919/ endereço completo do imóvel: Loteamento Palmas, 3º Etapa, Quadra ACSU no 40, conjunto 02, Lote 07, avenida Teotônio Segurado. Finalidade do laudo de avaliação: Avaliação de Imóveis Urbano para encontrar o Valor do Preço de mercado para doação de imóvel urbano de propriedade do Estado do Tocantins.

Assim, junto com o laudo de vistoria, e justificativa conforme a Lei nº 8.666/93 que trata da alienação de bens da Administração Pública.

Sob o ponto de vista legal e constitucional, não vislumbro óbice à aprovação da propositura, uma vez que não há vícios de iniciativa, bem como inconstitucionalidade material de qualquer natureza.

Também não há reparos a fazer quanto à juridicidade, bem como quanto à técnica legislativa.

Ante o exposto, por atender os requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimental, **VOTO** pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº **16/2025**, na forma original.

**É o PARECER.**

Sala das Comissões, em 09 de setembro de 2025.

Deputado **MOISEMAR MARINHO**

Relator



**ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO**

**DESPACHO**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação aprovou, o Parecer do(a) Relator(a) Senhor(a) Deputado(a) Moisemar Marinho referente ao(a) PLG nº 16 / 2025

OBS: \_\_\_\_\_

Encaminhe-se(a)(ao) Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle

Sala das Comissões, 07 de Outubro de 2025

Deputado **VALDEMAR JÚNIOR**  
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

**MEMBROS EFETIVOS**

Dep. VALDEMAR JÚNIOR(✓)
Dep. LEO BARBOSA( )
Dep. CLAUDIA LELIS(✓)
Dep. GUTIERRES TORQUATO( )
Dep. MOISEMAR MARINHO(✓)

**MEMBROS SUPLENTE**

Dep. JORGE FREDERICO( )
Dep. OLYNTHO NETO( )
Dep. PROF. JÚNIOR GEO( )
Dep. GIPÃO(✓)
Dep. MARCUS MARCELO( )